

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, para os exercícios findos em 30 de junho de 2019 e 2018, da CA Indosuez Wealth (Brazil) S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, acompanhados das Notas Explicativas, do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e do Relatório dos Auditores Independentes.

Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018 (Em milhares de reais) 2018 16.092 11.581 9.163 2.292 6a 6b 6.87 538 412 10 (1.566 **42** 1.68

48.046

As notas explicativas são parte in

			2018
Passivo	<u>Notas</u>	2019	Reapresentado
Circulante		8.736	7.706
Outras obrigações		8.736	7.706
Fiscais e previdenciárias	7a	1.245	988
Diversas	7b	7.491	6.718
Exigível a longo prazo		22.765	19.115
Outras obrigações		22.765	19.115
Fiscais e previdenciárias	7b	22.765	19.105
Diversas			10
Patrimônio líquido		16.545	22.735
Capital social		262.671	262.671
De domiciliados no exterior	9	262.671	262.671
Prejuízos acumulados	,	(246.126)	(239.936)
r rejuizos acumulados		(240.120)	(233.330)

57 90 56			
6)			
29 39			
0) 56	Total do passivo	48.046	49.556
ntea	rante das demonstrações financeiras		

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

49.55

Balanço Patrimonial

Saldos em 31 de dezembro de 2017 - reapresentado Saldos em 30 de junho de 2018 - reapresentado Saldos em 31 de dezembro de 2018 Lucro líquido do semestre Saldos em 30 de junho de 2019

262.671 (246.126 As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeira

Prejuízos acumulados (236.663)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

1. Contexto operacional

Ativo Circulante Disponibilidades Títulos e valores mobiliários

Outros créditos

Outros valores e bens

Outros valores e bens
Despesas antecipadas
Permanente
Investimentos
Outros investimentos

Outros investimentos Imobilizado de uso Outras imobilizações de uso (-) Depreciações acumuladas

Outros ativos intangíveis (–) Amortização acumulada

Despesas antecipadas Realizável a longo prazo Outros créditos

Diversos

Intangível

Total do ativo

A CA Indosuez Wealth (Brazil) S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, anteriormente denominada A CA indosuez viveant forazi) S.A. Distributiora de l'itulos e valores Mobiliarios, anteriormiente denominado Crédit Agricole Brasil S.A. Distributiora de Títulos e Valores Mobiliários, empresa constitutida em 10 de janeiro de 1997, está voltada basicamente para a atividade de administração de recursos por meio de fundos de investimentos e gestão de carteiras administradas, subsidiária do CA Indosuez Wealth Group (anteriormente denominada Crédit Agricole Private Banking) 99,99998% com sede na França e do Banco Crédit Agricole Brasil S/A 0,000002% (mesmos valores em 2018) com sede no Brasil.

Banco Crédit Agricole Brasil S/A 0,000002% (mesmos valores em 2018) com sede no Brasil. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro nacional e internacional. Certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições ligadas ao Grupo Crédit Agricole. Os beneficios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente. CA Indosuez Wealth (Brasil) S.A. DTVM consolidou-se na gestão de ativos de seus clientes através, principalmente, de fundos de investimentos e carteiras administradas. O plano estratégico está baseado na racionalização das equipes, controle cuidadoso dos custos, desenvolvimento de ferramentas que auxiliam a difusão de informação aos clientes e implementação de processos que busquem maior eficiência no atingimento das metas de performance dos produtos. Desta forma, temos alcançado niveis mais altos de ativos sob gestão gerando elevação de receitas através, não só do canal de distribuição próprio, ou seja, de nossa força comercial direta junto aos clientes, mas também através de agentes autônomos e plataformas eletrônicas. Nesse sentido há uma área específica dedicada ao segmento. Nosso objetivo de longo prazo é atuar em ambos os segmentos além de continuarmos a buscar sinergias com outras entidades do Grupo na qualidade de gestão traduzida na superação dos objetivos de retorno dos produtos tem sido fundamental qualidade de gestão traduzida na superação dos objetivos de retorno dos produtos tem sido fundamental

qualidade de gestão traduzida na superação dos objetivos de retorno dos produtos tem sido fundamental para o contínuo desenvolvimento do negócio.

2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que incluem as normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, normatizações do Conselho Monetário Nacional ("CMM") e Banco Central do Brasil ("BACEN") e da Lei das Sociedades por Ações. Foram adotados, para fins de divulgação, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) homologados pelo CMN e pelo BACEN.

Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva. As estimativas contábeis são determinadas pela administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas

as provisões para contingências, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A administração revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 27 de agosto de 2019.

Reapresentação das demonstrações financeiras

A Distribuidora realizou a alteração dos saldos de Outros Créditos em relação ao reconhecimento da atualização monetária sobre os depósitos judiciais. Conforme CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, recepcionado por meio da Resolução nº 4.007, do CMN, esses efeitos foram reconhecidos de forma retrospectiva e geraram os seguintes efeitos sobre os saldos do semestre findo em 30.06.2018, que estão sendo reapresentados:

Saldo Saldo

Ativo			reapresentado
Realizável a longo prazo	25.753	(2.921)	22.832
Outros créditos	25.753	(2.921)	22.832
Diversos	25.753	(2.921)	22.832
Total do ativo	52.477	(2.921)	49.556
	Saldo		Saldo
Passivo	apresentado	Ajustes	reapresentado
Patrimônio líquido		(2.921)	22.735
Prejuízos acumulados	(237.015)	(2.921)	(239.936)
Total do Patrimônio líquido	25.656		
	Saldo	, , ,	Saldo
Demonstração do resultado	apresentado	Ajustes	reapresentado
Outras receitas (despesas) operacionais	(115)		(437)
Outras receitas operacionais	8.955	(322)	8.633
Prejuízo líquido do semestre	(2.951)		(3.273)
,	Saldo	,,	Saldo
Demonstração da mutação do patrimônio líquido	apresentado	Aiustes	reapresentado
Prejuízos acumulados			
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(234.064)	(2.599)	(236.663)
Prejuízo líquido do exercício	(2.951)	(322)	(3.273)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(237.015)		
	Saldo	(=:,	Saldo
Demonstração do fluxo de caixa	apresentado	Aiustes	reapresentado
Prejuízo líquido do semestre	(2.951)		(3.273)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa líquido	(2.00.7)		(5.2.5)
Atualização de depósito judiciais	(809)	322	(487)
Prejuízo ajustado do exercício	(704)		(704)
3. Resumo das principais práticas contábeis	(704)		(10-11
5. resumo das principais praticas contabels			

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata* dia para as de natureza financeira o) <u>Caixa e equivalentes de caixa</u>

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional estrangeira e, quando aplicável, operações que são utilizadas pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo com prazo igual ou inferior a 90 dias entre a data de aquisição e a data de vencimento. O caixa e equivalentes de caixa da DTVM são representados por saldos em poder de bancos e

aplicações interfinanceiras. c) <u>Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos</u> De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068, de 08 de novembro de 2001, do Banco Central do

Brasil, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas conforme a intenção da administração, quais sejam:

Títulos para negociação;
Títulos disponíveis para venda; e
Títulos mantidos até o vencimento.

a) Apuração do resultado

Os títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente dos respectivos Fornecedores vencimentos. Compreende os títulos adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização computado ao resultado.

Os títulos disponíveis para a venda representam os títulos que não foram adquiridos para frequente negociação. São utilizados, entre outros fins, para reserva de liquidez, garantias e proteção contra riscos.

Os rendimentos auferidos segundo as taxas de aquisição, bem como as possíveis perdas permanentes são computados ao resultado. Estes títulos são avaliados a mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização contabilizado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido (deduzidos os efeitos tributários), o qual será transferido para o resultado no momento da sua realização. Os títulos mantidos até o vencimento referem-se aos títulos adquiridos para os quais a Distribuidora tem a

intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos. Caso apresentem perdas permanentes, estas são imediatamente computadas no resultado. Em 30 de junho de 2019 e 2018, a DTVM não possuía instrumentos financeiros derivativos.

d) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

É reconhecida uma perda por *impairment* quando o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período.

Os valores dos ativos não financeiros são revistos anualmente, exceto créditos tributários, que são revistos semestralmente. Em 30 de junho de 2019 e 2018, não foram identificados ativos não financeiros com indicação de perda por impairment

e) Investimentos Os investimentos são avaliados ao custo e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável

f) <u>Imobilizado e intangível</u> Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos destinados à manutenção

das atividades da Instituição ou exercido com essa finalidade. O ativo imobilizado (bens corpóreos) e o intangível (bens incorpóreos) estão registrados pelo valor de custo. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para veículos e sistemas de processamento de dados e 10% a.a. para os demais itens. A amortização do ativo intangível é calculada pelo método linear à taxa de 20% a.a.

O saldo do ativo intangível foi constituído de custos e despesas de aquisição e desenvolvimento de softwares

utilizados em processamento de dados.

g) <u>Negociação e intermediação de valores (ativo e passivo)</u>
São demonstradas pelo valor das operações de compra ou venda de títulos realizadas nas bolsas de valores e de mercadorias e futuros, por conta de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo regulamentar. h) <u>Demais ativos e passivos</u> Outros ativos e passivos são demonstrados, respectivamente, pelos valores de realização e compromissos

estabelecidos nas contratações, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e encargos incorridos até as datas dos balancos

i) <u>Imposto de renda e contribuição social</u>
A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro tributável à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240. A contribuição social sobre o lucro foi calculada considerando a alíquota de 15%. Conforme Lei nº 13.169/15, até 2018 à alíquota de 20%.

A DTVM não apresentou base tributável em 30 de junho de 2019 e 2018.

1) <u>Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias</u>

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, e Carta-Circular nº 3.429, de 11 de fevereiro de 2010, do BACEN, obedecendo aos seguintes critérios

Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização; sobre as quais não cabem mais recursos. Contingências passívas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências passivas classificadas

como perda possível são apenas divulgadas em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão, nem divulgação.

Obrigações legais, fiscais** e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, em que estão sendo contestadas a legalidade ou a inconstitucionalidade de alguns tributos (impostos ou contribuições). O montante discutido é quantificado e registrado

k) <u>Resultado por ação</u> O resultado por ação é apurado através da divisão do resultado do período pela quantidade de ações.

Caixa e saldos em bancos - moeda nacional Caixa e equivalentes de caixa

4. Caixa e equivalentes de caixa

88

5. Títulos e valores mobiliários

a.1) Composição por classificação

Em 30 de junho de 2019 e 2018, a carteira de títulos e valores mobiliários, classificada de acordo com as categorias estabelecidas na regulamentação vigente, estava assim composta:

a) Títulos e valores mobiliários

Carteira própria Negociação Letras Financeiras do Tesouro - LFT a.2) Composição por prazo de vencimento 9.217

16.092 16.092 Até 3 meses a.3) Composição por emissor 2019 9.217 16.092 16.092 Títulos públicos Letras do Tesouro Nacional Em 30 de junho de 2019, os títulos e valores mobiliários estavam custodiados na Selic. O resultado de

operações com títulos e valores mobiliários foi de R\$ 393 (R\$ 632 em 2018).

O valor de mercado dos títulos públicos é apurado segundo divulgações nos boletins diários informados pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros de Capitais. Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC 6. Outros créditos

Total

a) Rendas a receber
Em 30 de junho de 2019, a Distribuidora possui registrado como "rendas a receber" no montante de
R\$ 3.186 (R\$ 2.292 em 2018) provenientes de taxa de administração dos fundos de investimentos.
Nesta mesma data, a Distribuidora administrava R\$ 12.695.266(R\$ 8.829.036 em 2018) de recursos de terceiros, conforme demonstrado a seguir:

Fundos de investimento e fundos de investimento em cotas (i) Fundos de investimento em ações Carteiras administradas 727.283 28.051 1.739.749 25.640 1.922.247 Outros fundos de renda fixa 13.021.215 **15.795.418** 7.757.566 **10.252.649** Subtotal de recursos de terceiros Aplicações em fundos de investimentos da própria Distribuidora Total líquido de recursos de terceiros (i) Corresponde à soma dos ativos administrados dos fundos de investimento e fundos de i cotas de fundo de investimento.

As receitas auferidas no semestre com a administração desses recursos totalizaram R\$ 18.478 (R\$ 13.019 em 2018) - Nota 11.

b) Diversos 2018

Circulante

Adiantamento e antecipações salariais

Adiantamento a fornecedores

Valores a receber sociedades ligadas (Nota 17.a) 2.427 Pagamentos a ressarcir Impostos e contribuições a compensar Recuperação de processo (ii) (Nota 8.a) 3.676 Realizável a longo prazo Impostos e contribuições a compensar **25.161** 201 **22.832** 220 Devedores por depósito em garantia Depósito judicial (i) (i) Os devedores por depósitos em garantia correspondem, substancialmente, a depósitos judiciais de COFINS no valor de R\$ 21.908 (R\$ 19.813 em 2018) e outros no valor de R\$ 2.972 (R\$ 2.799 em 2018)

referentes à defesa de processos judiciais envolvendo a Distribuidora. As atualizações monetárias dos depósitos judiciais de COFINS correspondem a R\$ 339 (R\$ 372 em 2018) e outros no valor de R\$ 110 (R\$ 115 em 2018) (ii) Referente a valor a receber sobre crédito de Adicional de Imposto de Renda Estadual (AIRE), referente a

1996. Foi transitado e julgado em 2017 e está aguardando emissão de guia de levantamento pelo Estado. A movimentação de depósitos judiciais no semestre está abaixo apresentada: 2018 Reapresentado

cal Trabalhista Total Fiscal Trabalhista Total Fiscal 10.867

Saldo no início do semestre 22.050 1.766 23.816 19.867 Constituições 653 - 653 611 Reversões/realizações - - - - Atualizações 366 45 411 397 Saldo no final do semestre 23.069 1.811 24.880 20.875 7. Outras obrigações - <	487 (311) 51 1.737	1.098 (311) 448 22.612
a) Fiscais e previdenciárias	2019	2018
Circulante Impostos e contribuições a recolher Total b) Diversas	1.245 1.245	988 988
Circulante Provisão para encargos trabalhistas Valores a pagar - sociedades ligadas (Nota 17.a) Fornecedores Publicação Provisão de reestruturação (i) Outras despesas administrativas	2019 7.491 4.797 1.209 308 42 390 745	2018 6.718 4.419 1.452 85 - 390 372
Exigível a longo prazo Outros passivos contingentes (Nota 8b)	22.765 22.765	19.115 19.105

(i) Parcela remanescente da provisão referente à reestruturação da DTVM iniciada em 20° 8. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

a) Ativos contingentes
Em 30 de junho de 2019, a Distribuidora detinha o valor de R\$3.754 (R\$3.676 em 2018) de ativo contingente referente a crédito de adicional de Imposto de Renda Estadual (AIRE) conforme nota 6b.

b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais

As provisões para processos fiscais e previdenciários são representadas por processos judiciais e administrativos de tributos federais, municipais e estaduais e são compostas por obrigações legais e passivos contingentes, no montante de R\$ 22.765 (R\$ 19.105 em 2018) (nota 7b), como segue: (i) A Distribuidora vem contestando judicialmente a legalidade de certos impostos e contribuições, principalmente recolhimento da COFINS nos termos da Lei nº 9.718/98. Para essas causas, a Distribuidora mantém provisionado no passivo exigivel a longo prazo na rubrica "Outras obrigações fiscais e previdenciárias" o montante de R\$ 20.887 (R\$ 18.911 em 2018), para esta contingência existe de depósitos judiciais registrados no ativo no montante de R\$ 21.908 (R\$ 22.612 em 2018), julgado suficiente pela

administração para fazer face a possíveis perdas. Em conformidade com a legislação brasileira, os registros de impostos e contribuições federais, estaduais e municipais estão sujeitos ao exame pelas respectivas autoridades em um período de 05 a 30 anos, conforme

(ii) As contingências referentes a processos trabalhistas montam R\$ 1.878 (R\$ 194 em 2018), para os quais

a administração julga que a provisão é suficiente para cobrir eventuais perdas, para esta contingência existe de depósitos judiciais registrados no ativo o montante de R\$ 1.811.

A movimentação das provisões para contingências no período está abaixo apresentada:

ada: 2018 <u>Trabalhista</u> 558 2019 <u>Trabalhista</u> <u>Total</u> <u>Fiscal</u> 1.779 21.765 17.941 Total 18.499 Saldo no início do semestre Constituições Reversões/realizações 99 643 625 625 (364) (364)357 22.765 345 **18.911** 194 <u>19.105</u> Saldo no final do semestre 1.878 As contingências passivas classificadas como perdas prováveis estão representadas da seguinte forma: 2019 O Valor Provisionado 20.887 2018 O Valor Provisionado 18.911 Valor Reclamado Valor Reclamado

Total	22.765	22.765	19.105	19.1
c) Passivos continge	entes classificados cor	mo perdas possíveis		
As contingências pa	assivas classificadas co	omo perdas possíveis es	tão representadas da	seguinte forma:
			2019	2018
			Valor Reclamado	Valor Reclama
Riscos fiscais (i)			2.537	5
Riscos trabalhistas			1	

(i) Em 30 de Junho de 2019, representada pelo valor de R\$ 1.951 (R\$0 em 2018) relativo ao ISS municipa sobre receitas de exportação de serviço e R\$ 586 (R\$ 595 em 2018) relativo a créditos de tributos junto a

Não existem processos administrativos em curso por parte do Sistema Financeiro Nacional que possam impactar representativamente o resultado e as operações da Distribuidora.

d) Órgãos reguladores

a) Capital social O Capital social é de R\$ 262.671 e está representado por 262.670.906 acões ordinárias, totalmente

subscritas e integralizadas por acionistas domiciliados no exterior b) Reserva legal Á reserva legal deve ser constituída obrigatoriamente a base de 5% sobre o lucro líquido do período,

limitado a 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital.

c) Reserva especial de lucros

O saldo das reservas especiais de lucros é oriundo de lucros após as destinações legais.

Em 30 de junho de 2019, a Distribuidora apresentou lucro de R\$ 72 (R\$ 3.273 de prejuízo em 2018) não constituindo reserva de lucros no período. d) Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do semestre, deduzido a reserva legal, exceto na ocorrência da hipótese prevista no §3 do artigo 202 da Lei 6.404/76 que prevê a possibilidade de retenção de todo lucro pela Instituição. O saldo remanescente, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a assembleia geral, por proposta da diretoria, observadas às disposições legais.

Demonstração do Resultado Semestres Findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em militales de leais, exceto lucro (prejuizo) por ação)			
	Notas	Semestre	
		2040	2018
		2019	Reapresentado
Receitas de intermediação financeira		393	632
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5	393	632
Resultado bruto de intermediação financeira		393	632
Outras receitas (despesas) operacionais		(321)	(3.905)
Receitas de prestação de serviços	11	22.408	18.890
Despesas de pessoal	15	(13.445)	(18.832)
Outras despesas administrativas	12	(7.921)	(7.069)
Despesas tributárias	16	(1.566)	(1.139)
Outras receitas operacionais	13	658	4.708
Outras despesas operacionais	14	(455)	(463)
Resultado operacional		72	(3.273)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		72	(3.273)
Lucro (prejuízo) líquido do semestre		72	(3.273)
ucro (prejuízo) líquido por ação - R\$		0,0003	(0,01123)
As notas explicativas são parte integrante das den	nonstraçõe	es financeir	as

Demonstração dos Fluxos de Caixa Semestres Findos em 30 de junho 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

Lucro (prejuízo) líquido do semestre
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) líquido ao caixa líquido
Provisão para gratificação
Reversão da provisão para gratificação
Provisão para contingências fiscais e trabalhistas
Reversão de provisão indedutivel
Marcação a mercado de TVM
Variações monetárias e cambiais
Depreciação e amortização
Atualização de depósitos judiciais
Depreciação e amortização - rateio
Prejuízo ajustado do semestre/exercícios
Variação de ativos e passivos
Redução (aumento) em títulos e valores mobiliários - TVM
Aumento (redução) em outros créditos Reapresentado (3.273) 6.227 (546)970 (364) (2) (189) 338 (487) 999 (704) 1.140 5.591 (3.393) 10.234 Aumento (redução) em outros créditos Aumento (redução) em outros valores e bens Redução (aumento) em outras obrigações (292)(8.347) (10) (2.365) **681** Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades operacionais Aquisição de imobilizado de uso Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades de investimento (201 (**201** (708) Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa (211) (27) As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras 10. Imposto de renda e contribuição social

Composição do crédito fiscal Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações
Imposto de renda - aliquotas de 15% e 10%
Contribuição social - aliquota de 15% e 10%
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:
Outras adições e exclusões
Variações temporárias
Crédito fiscal sobre base negativa do exercício
Em 30 de junho de 2019, a Distribuidora possui créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa de Imposto de Renda e Contribuição Social não contabilizados no montante de R\$ 89.013 (R\$ 85.648 em 2018), sendo R\$ 55.503 referente ao imposto de renda (R\$ 53.530 em 2018) e R\$ 33.510 referente à contribuição social (R\$ 32.118 em 2018). Os prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social ma contabilizados no montante de R\$ 89.013 (R\$ 85.648 em 2018), sendo R\$ 55.503 referente ao imposto de renda (R\$ 53.530 em 2018) e R\$ 33.510 referente à contribuição social (R\$ 32.118 em 2018). Os prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social não possuem prazos prescricionais e sua compensação estão limitadas a 30% dos lucros tributáveis apurados em cada periodo-base futuro.
Em atendimento ao requerido pela Resolução nº 3.059, de 20 de dezembro de 2002, alterada pela Resolução nº 3.355, de 31 de março de 2006, do Banco Central do Brasil, os benefícios do imposto de renda e contribuição social, no montante estimado de credito tributário, serão reconhecidos quando efetivamente realizados ou quando as perspectivas para sua recuperação se tornarem factíveis, uma vez que a Distribuídora ainda não atende aos questos estabelecidos nestas resoluções, por não apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social em, pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais.

11. Receitas de prestação de serviços 2018 Reapresentado (3.273)

Receitas taxa de administração (Nota 6.a) Prestação de serviços - ligadas (Nota 17.a) Rendas de outros serviços Total 12. Outras despesas administrativas 22.408 18.890 2019 Reembolso de despesas - ligadas Prestação de serviços - ligadas (Nota 17.a) Aluguéis Processamento de dados (2.090) (1.035) (1.669)Serviços técnicos especializados Comunicação (178) Viagens Viagens
Serviços do sistema financeiro
Depreciação/amortização (i)
Manutenção e conservação de bens
Serviços de terceiros
Transportes
Agua, energia e gás
Publicações
Provisão para riscos trabalhistas
Indenizações
Contribuições Filantrópicas
Despesas de promoções e relações p (961) (338) (160) (121) (81) (35) (66) (1.445) (344) (344) (134) (127) (106) (81) (87) (99) (223) (20) (39) (321) (20) (19) (215) (3) Despesas de promoções e relações púbicas Despesas de seguros Outras despesas administrativas (554) **(7.921)** (553) **(7.069)** Total

(7.921) (7.069) (1) Sendo R\$ 225 (R\$ 232 em 2018) com despesas de depreciação e amortização e, R\$ 119 (R\$ 106 em 2018) de compartilhamento de custos de depreciação e amortização com o Banco Crédit Agricole Brasil S.A. conforme contrato de rateio.

13. Outras receitas operacionais

Reversão de provisões operacionais (i) Variações monetárias (ii) 814 237 41 Recuperação de encargos e despesas Total 4.708 (i) Em 2018, representada substancialmente pela reversão da provisão de reestruturação no valor de R\$3.524 - (Nota 15).
(ii) Representada substancialmente por atualizações Selic de depósitos judiciais no montante de R\$ 449

(R\$ 809 em 2018) (Nota 6.b).

14. Outras despesas operacionais Despesas com atualizações de impostos e contribuições Variacões cambiais Outras despesas operacionais Total (455

15. Despesas de pessoal Honorários Salários (i) Encargos (i) Beneficios Treinamentos (238) **(13.445)** (i) Vide nota 13 (i) **16. Despesas tributárias** ISS COFINS (846 PIS Outras despesas tributárias (1.139 30.256 25.833 17. Transações com partes relacionadas

a) <u>Empresas controladas e ligadas</u>
Nos semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018, os saldos das transações com partes relacionadas estavam assim representados:

Agricole Brasil S.A. 751 Agricole Miami Ativo
Disponibilidades
Valores a receber sociedades ligadas (Nota 6.b) _França 1.740 rassivo
Valores a pagar sociedades ligadas (Nota 7.b)
Receita
Prestação de serviços (Nota 11)
Variação cambial **1.724** 1.724 **Despesa**Prestação de serviços (Nota 12)
Variação cambial 18 2018
Crédit
Agricole
Siusse
898 Banco Crédit Crédit Agricole Brasil S.A. 340 Agricole Miami Ativo
Disponibilidades
Valores a receber sociedades ligadas (Nota 6.b) _ França 898 (1.452)es a pagar sociedades ligadas (Nota 7.b) Receita
Prestação de serviços (Nota 11)
Variação cambial **1.697** 1.655 42 2.848 2.709 139

Variação Cambial

Pespesa
Prestação de serviços (Nota 12)
Variação cambial
Em 30 de junho de 2019, os valores de rateio de custos comuns com o Banco Credit Agricole perfaziam o montante de R\$ 3.984 (R\$ 3.620 em 2018) e foram contabilizadas nas respectivas contas de resultado As transações entre partes relacionadas foram realizadas de acordo com os prazos e condições usuais de

mercado, considerando a sua redução de risco.
b) <u>Remuneração do pessoal-chave da Administração</u>
A remuneração total do pessoal-chave da administração para o semestre findo em 30 de junho de 2019 foi
de R\$ 2.455 (R\$ 6.095 em 2018), a qual é considerada benefício de curto prazo.

18. Outras informações
a) Estrutura de gerenciamento de risco operacional, mercado e crédito
Os principais riscos relacionados aos instrumentos financeiros são risco de crédito, de mercado e de liquidez, os quais estão definidos a seguir:

• Risco de mercado As perdas potenciais advindas de variações nos preços dos ativos financeiros, taxas de juros, moedas e indices são monitoradas diariamente em relação aos limites operacionais atribuídos para a sensibilidade aos fatores de risco, valor em risco e testes de estresse. Adicionalmente, são realizadas simulações e projeções de respecto de risco. de fluxos futuros para avaliação da mudança relativa à exposição ao risco.

A metodologia adotada pará o cálculo do valor em risco utiliza simulação histórica considerando 252 dias de dados de retornos dos fatores de risco e grau de confiança de 99%, com um dia de holding period. O teste de estresse é efetuado levando-se em consideração as variações severas dos fatores de risco. Adicionalmente, são também efetuados testes de aderência (back-testing) do modelo de valor em risco

comparando-se os resultados esperados com os resultados efetivamente auferidos. Além das ferramentas tradicionais de risco de mercado, utiliza-se o instrumental de ALM (gerenciamento de

Alem das terramentas tradicionais de risco de mercado, utiliza-se o instrumentai de ALM (gerenciamento de ativos e passivos). Essa ferramenta possibilita ter uma visão do impacto de variações de taxas de juros no balanço do Conglomerado Financeiro Crédit Agricole Brasil e avaliar as interdependências entre as variações de taxa de juros e o volume dos ativos e passivos da Distribuidora.

Os limites aprovados pelo comité de risco de mercado são revisados, no mínimo, anualmente. A política com a descrição detalhada da estrutura de gerenciamento de risco de mercado encontra-se disponível no site www.creditagricoledtvm.com.br.

• Fatores de risco de mercado

Fatores de risco de mercado

O sprincipais fatores de risco de mercado presentes no balanço são: taxa de juros pré-fixada, taxa de juros Os principais fatores de risco de mercado presentes no balanço são: taxa de juros pré-fixada, taxa de juros vinculada aos indices TR, SELIC, DI e exposição à variação cambial de moedas. O cálculo do valor de mercado segue critérios estritos de independência da área de *Market Risk* com relação à coleta de preços referenciais de mercado e construção da estrutura a termo das diversas taxas de juros. De modo genérico, o valor de mercado é a melhor estimativa do valor presente de um fluxo de caixa. Uma vez possuindo os fluxos de caixa de toda a Distribuidora e os vários precos/estruturas de taxa de juros efetua-se o cálculo do valor de mercado





CA Indosuez Wealth (Brazil) S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

CNPJ nº 01.638.542/0001-57

—☆ continuação



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Em 30 de junho de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

· Risco de liquidez

Risco de liquidez é relacionado ao descasamento da estrutura de ativos e passivos com relação aos fluxos efetivos de pagamento destes. O controle de risco de liquidez é efetuado por meio da análise estática da estrutura de descasamentos do Conglomerado Financeiro Crédit Agricole Brasil, especialmente no curto prazo. São efetuadas simulações desta estrutura com estimativas de renovação de carteiras. Em paralelo, são analisados mensalmente indicadores de liquidez oriundos dos saldos de contas do balanço. Por último são também efetuadas análises de cenário de estresse voltado especificamente para liquidez.

A política com a descrição detalhada da estrutura de gerenciamento do risco de liquidez encontra-se disponível no site www.creditagricoledtvm.com.br.

Risco operacional

associada a lacunas em contratos, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

O CRÉDIT AGRICOLE implementou em sua Matriz e em toda a sua rede internacional um componente organizacional dedicado à avaliação, consolidação, mitigação e reporte dos riscos operacionais, que são. Nosso comprometimento com a responsabilidade socioambiental estabelece uma estrutura para identificados principalmente através do exercício anual de mapeamento de risco que conta com a identificação, classificação e mitigação de riscos para que todos os colaboradores da DTVM atuem de participação de todas as áreas da instituição.

entidades legais integrantes do Conglomerado Prudencial CRÉDIT AGRICOLE BRASIL discutem as como base para gerencialmente de risco reputacional, relacionado diretamente aos impactos sociais e conclusões do mapeamento de risco, os resultados dos indicadores de risco e de performance. O risco operacional é definido como a possibilidade de perdas resultantes de falha humana, inadeguação perdas operacionais, incidentes e anomalias significativas do período, além de monitorar a implementação ou deficiência de processos internos, sistemas, ou ainda, decorrentes de eventos externos, incluindo a perda dos planos de ações existentes ou aprovar novas medidas corretivas a serem adotadas.

A política com a descrição detalhada da estrutura de gerenciamento do Risco Operacional e das metodologias utilizadas encontra-se disponível no site www.creditagricoledtvm.com.br.

Risco Socioambiental

acordo com as melhores práticas definidas pela Matriz e com a regulamentação nacional vigente

Através de reuniões regulares, a alta administração do CA Indosuez DTVM Brasil e das outras A Política de Responsabilidade Socioambiental estabelece diretrizes para o desenvolvimento sustentável ambientais suas operações. Cada operação analisada sob a ótica socioambiental passa pela linha de negócios, pela equipe local de Risco de Crédito, pelo Desenvolvimento Sustentável da Matriz, pela equipe local de Compliance, pelo Comitê de Avaliação de Operações que apresentem Risco Socioambiental.

Synthesis 4

Building a better

José Luiz Gonzaga - Contador - CRC 1SP 132371/O-5

A Diretoria

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

Os membros do Comitê de Auditoria do Conglomerado Crédit Agricole Brasil, instituído por dispositivo estatutário, em conformidade com a Resolução 3.198 de 27 de Maio de 2004 do CMN, tem na designação de suas atividades, a supervisão e avaliação do desempenho da auditoria interna e controles internos, do desempenho e independência dos Auditores Independentes, além da análise e aprovação das demonstrações financeiras do Conglomerado, incluindo suas notas explicativas. O Comitê de Auditoria pode verificar que os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias Interna e Independente, possuem transparência e qualidade, constataram a exatidão de todos os elementos apreciados e que as demonstrações financeiras relativas aos semestres finados em 31 de Dezembro de 2018 e 30 de Junho de 2019 refletem, adequadamente, a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas no período, onde não foram identificados descumprimentos das práticas contábeis adotadas no Brasil. O Comitê reuniu-se 3 vezes no ano de 2019 nas datas de 20 de Março, 27 de Junho e 27 de Agosto para (i) aprovação das Demonstrações Financeiras do Banco Crédit Agricole, da CA Indosuez Wealth Brazil DTVM e do Conglomerado Prudencial para 31 de Dezembro 2018 e 30 de Junho 2019; (ii) aprovação do relatório de Auditoria Interna para 2018; (iii) ciência dos principais assuntos de Auditores Independentes sobre o Sistema de Controles Internos e Descumprimento de Dispositivos Legais conforme Circular do Banco Central nº 3.467/09 para o 2º semestre de 2018; (v) ciência dos relatórios de Ouvidoria para o 2º Semestre de 2018 e 1º semestre de 2019.

São Paulo, 30 de agosto de 2019

Comitê de Auditoria

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Administradores e acionistas da

CA Indosuez Wealth (Brazil) S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Examinamos as demonstrações financeiras da CA Indosuez Wealth (Brazil) S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Distribuidora"), que compreendem o balanço patrimonial 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CA Indosuez Wealth (Brazil) S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Distribuidora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2, as informações correspondentes ao balanço patrimonial, demonstrações do resultado, demonstrações das mutações do patrimônio líquido, demonstrações dos fluxos de caixa e notas explicativas foram alteradas em relação àquelas demonstrações financeiras anteriormente divulgadas relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2018, pelas razões mencionadas na referida Nota Explicativa nº 2 e, portanto, estão sendo reapresentadas como previsto no CPC 23 -Políticas Contábeis. Mudanca de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Distribuidora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Distribuidora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Distribuidora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governanca da Distribuidora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras

independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressármos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Distribuidora.
- · Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Distribuidora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Distribuidora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de manéira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governanca a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos

São Paulo, 30 de agosto de 2019

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. 2SP034519/O-6 **Emerson Morelli** Contador - CRC- 1SP249401/O-4

